

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da UBS Brasil Participações S.A., elaboradas de acordo com as normas e instruções do Banco Central do Brasil e observando as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Atuação:** A Companhia atua como *holding*, tendo participação de 100% na UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. **Gerenciamento de riscos:** A Companhia tem buscado o contínuo aprimoramento na gestão e no controle de riscos, alinhada com a prática global e com os requerimentos locais. A Alta Administração tem participação ativa no gerenciamento de riscos através de uma

robusta estrutura de comitês e da aprovação de políticas específicas e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pela Companhia. Dessa forma, reforça o seu papel dentro da governança corporativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerentes de novos produtos e serviços. As atividades de controle de riscos são executadas por áreas específicas e independentes, sob a coordenação do Diretor de Riscos da Companhia, e segregadas das áreas de negócio e de Auditoria Interna. Todos os riscos são discutidos em comitês e fóruns de discussão específicos e a sua integração materializada através do Comitê de Controle de Riscos, no qual são abordados todos os tópicos relevantes dos comitês especí-

ficos. **Continuidade de Negócio:** A entidade legal foi adquirida pelo Grupo UBS com o intuito de construir a infraestrutura necessária para o retorno do Grupo UBS ao Brasil, além do desenvolvimento orgânico do negócio do Grupo UBS Brasil. O UBS AG realiza os aportes de capital necessários para a continuidade do desenvolvimento dos negócios. **Ouidoria:** O componente organizacional de Ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas pela Resolução CMN 4.629. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pelo sucesso alcançado no exercício.

A Administração.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)				
Ativo	Notas	2019	2018	Passivo
Circulante		1	1	Total do patrimônio líquido
Disponibilidades		1	1	252.186 205.773
Depósitos bancários		1	1	Capital social
Permanente		252.185	205.772	6 228.676 228.676
Investimentos	4	252.185	205.772	De domiciliados no país
Participações em coligadas e controladas		252.185	205.772	228.676 228.676
Total do Ativo		252.186	205.773	Ajuste de avaliação patrimonial
				3 11
				Reserva de Lucros
				23.507 (22.914)
				Total do Passivo
				252.186 205.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)						
	Nota	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Legal	Especial		
Saldo em 31 de dezembro de 2017		228.676	-	-	17 (31.317)	197.376
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	-	-	(6)	(6)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.403	8.403
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5	228.676	-	-	11 (22.914)	205.773
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	-	-	(8)	(8)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	46.421	46.421
Destinações:						
Reserva legal		-	2.321	-	-	(2.321)
Reserva especial de lucros		-	-	21.186	-	(21.186)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5	228.676	2.321	21.186	3	252.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional: A UBS Brasil Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e possui como objetivo social a participação direta ou indireta no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tendo atualmente participação de 100% na UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. A UBS Brasil Participações S.A. (anteriormente denominada Link Holding S.A.), adquirida pelo UBS em 22 de fevereiro de 2013, foi o veículo utilizado pelos antigos controladores para realizar a organização societária necessária para a posterior venda da empresa para a UBS Acquisition Holdings (UBS Acquisition). Antes da realização da venda, é de conhecimento dos atuais controladores que os antigos controladores mantinham nesta entidade legal algumas atividades operacionais necessárias para a gestão dos negócios do Grupo, sendo que os controladores atuais não utilizam a entidade legal para nenhuma atividade operacional. Desta forma, a Companhia possui em suas demonstrações financeiras somente o reflexo da equivalência patrimonial decorrente da participação no capital social da empresa UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia são de responsabilidade da Administração e, em virtude da atuação exclusiva como *holding* de instituição financeira, suas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, à marcação a mercado de instrumentos financeiros e provisões para contingências, crédito tributário, outras provisões e determinação de vida útil de ativos permanentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente. A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de janeiro de 2020. **3. Principais práticas contábeis:** a) **Apuração de resultado:** O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. c) **Investimentos:** Refere-se à participação em sociedade controlada no País que é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. d) **Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** Demais passivos circulantes e exigíveis a

longo prazo - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. *Provisões* - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) **Impostos e contribuições:** *Imposto de renda e contribuição social:* a provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros

4. Permanente: a) **Investimentos**

Sociedade	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício	Quantidade de ações possuídas	Participação no capital social - %	Resultado de equivalência 2019	Valor contábil do investimento 2018
UBS Brasil CCTVM S/A	231.889	252.185	46.421	28.962.150	100%	46.421 8.459	252.185 205.772

b) Movimentação do saldo de investimentos

	2019	2018
Saldo anterior	205.772	197.319
Equivalência patrimonial	46.421	8.459
Equivalência patrimonial - MTM de TVM na investida	(8)	(6)
Saldo atual	252.185	205.772

5. Imposto de renda e contribuição social: a) **Demonstramos a seguir o cálculo da despesa de imposto de renda e contribuição social:**

	2019	2018
Apuração de imposto de renda e contribuição social - correntes		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	46.421	8.403
Adições/(exclusões):		
Resultado de equivalência patrimonial (46.421)	(46.421)	(8.459)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	(56)
Resultado de equivalência patrimonial (46.421)	(46.421)	(8.459)

b) **Créditos tributários:** A Companhia possui créditos tributários de IR e CS não constituídos, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa, no montante de R\$ 47 (R\$ 47 em 2018). **6. Patrimônio líquido:** **Capital social:** O capital social de R\$ 228.676 está representado por 195.165.259 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas por uma acionista domiciliada no país. **Dividendos mínimos:** Os acionistas terão dividendos obrigatórios, correspondente de 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. A Assem-

que excederem R\$ 240 no ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. *Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade (COFINS):* são calculados sobre as receitas da Companhia, excluindo as deduções permitidas pela legislação em vigor, às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. g) **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número de ações ordinárias totais em circulação, ao final do exercício.

bleia Geral poderá deliberar a distribuição de um dividendo inferior ao dividendo obrigatório ou reter a totalidade do lucro líquido. **Reserva de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria. **Juros sobre capital próprio:** Nos exercícios de 2019 e 2018 não houve distribuição de Juros sobre Capital Próprio. Os juros sobre capital próprio são regulamentados pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/95. **7. Partes relacionadas:** Não houve transação com partes relacionadas, também não houve remuneração de pessoal chave durante o exercício. **8. Contingências:** Ao encerramento dos exercícios, a Companhia não se encontrava envolvida em ações judiciais ou administrativas. **9. Gerenciamento de riscos e de capital da investida:** A Companhia tem buscado o contínuo aprimoramento na gestão e no controle de riscos, alinhada com a prática global e com os requerimentos locais. A Alta Administração tem participação ativa no gerenciamento de riscos através de uma robusta estrutura de comitês e da aprovação de políticas específicas e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pela Companhia. Dessa forma, reforça o seu papel dentro da governança corporativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerentes de novos produtos e serviços. As atividades de controle de riscos são executadas por áreas específicas e independentes, sob a coordenação do Diretor de Riscos da Companhia, e segregadas das áreas de negócio e de Auditoria Interna. Todos os riscos são discutidos em comitês e fóruns de discussão específicos e a sua integração materializada através do Comitê de Controle de Riscos, no qual são abordados todos os tópicos relevantes dos comitês específicos.

Diretoria

Bruno Costa Barino - Diretor

Rafael Granja Furlanetto - Contador CRC 1RJ115472/O-2

Aos Administradores e Acionistas da UBS Brasil Participações S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da UBS Brasil Participações S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UBS Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opi-

nião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de janeiro de 2020.


ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP034519/O-6

Renato Nantes
 Contador
 CRC-1RJ115529/O-7

Srs. Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da UBS Brasil Participações S.A., elaboradas de acordo com as normas e instruções do Banco Central do Brasil e observando as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Atuação:** A Companhia atua como *holding*, tendo participação de 100% na UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. **Gerenciamento de riscos:** A Companhia tem buscado o contínuo aprimoramento na gestão e no controle de riscos, alinhada com a prática global e com os requerimentos locais. A Alta Administração tem participação ativa no gerenciamento de riscos através de uma

Relatório da Administração

robusta estrutura de comitês e da aprovação de políticas específicas e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pela Companhia. Dessa forma, reforça o seu papel dentro da governança corporativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerentes de novos produtos e serviços. As atividades de controle de riscos são executadas por áreas específicas e independentes, sob a coordenação do Diretor de Riscos da Companhia, e segregadas das áreas de negócio e de Auditoria Interna. Todos os riscos são discutidos em comitês e fóruns de discussão específicos e a sua integração materializada através do Comitê de Controle de Riscos, no qual são abordados todos os tópicos relevantes dos comitês especí-

ficos. **Continuidade de Negócio:** A entidade legal foi adquirida pelo Grupo UBS com o intuito de construir a infraestrutura necessária para o retorno do Grupo UBS ao Brasil, além do desenvolvimento orgânico do negócio do Grupo UBS Brasil. O UBS AG realiza os aportes de capital necessários para a continuidade do desenvolvimento dos negócios. **Ouvidoria:** O componente organizacional de Ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas pela Resolução CMN 4.629. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pelo sucesso alcançado no exercício.

A Administração.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)							
Ativo	Notas	2019	2018	Passivo	Notas	2019	2018
Circulante		1	1	Total do patrimônio líquido		252.186	205.773
Disponibilidades		1	1	Capital social	6	228.676	228.676
Depósitos bancários		1	1	De domiciliados no país		228.676	228.676
Permanente		252.185	205.772	Ajuste de avaliação patrimonial		3	11
Investimentos	4	252.185	205.772	Reserva de Lucros		23.507	(22.914)
Participações em coligadas e controladas		252.185	205.772				
Total do Ativo		252.186	205.773	Total do Passivo		252.186	205.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Prejuízos acumulados	Total	
	Nota	Capital social	Legal	Especial			Ajuste de avaliação patrimonial
Saldo em 31 de dezembro de 2017		228.676	-	-	17	(31.317)	197.376
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	-	-	(6)	-	(6)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.403	8.403
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5	228.676	-	-	11	(22.914)	205.773
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	-	-	(8)	-	(8)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	46.421	46.421
Destinações:							
Reserva legal		-	2.321	-	-	(2.321)	-
Reserva especial de lucros		-	-	21.186	-	(21.186)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5	228.676	2.321	21.186	3	-	252.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional: A UBS Brasil Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e possui como objetivo social a participação direta ou indireta no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tendo atualmente participação de 100% na UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. A UBS Brasil Participações S.A. (anteriormente denominada Link Holding S.A.), adquirida pelo UBS em 22 de fevereiro de 2013, foi o veículo utilizado pelos antigos controladores para realizar a organização societária necessária para a posterior venda da empresa para a UBS Acquisition Holdings (UBS Acquisition). Antes da realização da venda, e de conhecimento dos atuais controladores que os antigos controladores mantinham nesta entidade legal algumas atividades operacionais necessárias para a gestão dos negócios do Grupo, sendo que os controladores atuais não utilizam a entidade legal para nenhuma atividade operacional. Desta forma, a Companhia possui em suas demonstrações financeiras somente o reflexo da equivalência patrimonial decorrente da participação no capital social da empresa UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia são de responsabilidade da Administração e, em virtude da atuação exclusiva como *holding* de instituição financeira, suas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, à marcação a mercado de instrumentos financeiros e provisões para contingências, crédito tributário, outras provisões e determinação de vida útil de ativos permanentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente. A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de janeiro de 2020. **3. Principais práticas contábeis:** a) **Auração de resultado:** O regime de auração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na auração dos resultados dos exercícios que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo líquido inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. c) **Investimentos:** Refere-se à participação em sociedade controlada no País que é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. d) **Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo - são

demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) **Impostos e contribuições:** **Imposto de renda e contribuição social:** a provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no

4. Permanente: a) Investimentos

Sociedade	Capital social líquido	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício	Participação	
				ações possuídas	no capital social - %
UBS Brasil CCTVM S/A	231.889	252.185	46.421	28.962.150	100%

b) Movimentação do saldo de investimentos

	2019	2018
Saldo anterior	205.772	197.319
Equivalência patrimonial	46.421	8.459
Equivalência patrimonial - MTM de TVM na investida	(8)	(6)
Saldo atual	252.185	205.772

5. Imposto de renda e contribuição social: a) Demonstramos a seguir o cálculo da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	2019	2018
Apuração de imposto de renda e contribuição social - correntes		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	46.421	8.403
Adições/(exclusões):		
Resultado de equivalência patrimonial	(46.421)	(8.459)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	(56)
Créditos tributários: A Companhia possui créditos tributários de IR e CS não constituídos, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa, no montante de R\$ 47 (R\$ 47) em 2018. 6. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social de R\$ 228.676 está representado por 195.165.259 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas por uma acionista domiciliada no país. Dividendos mínimos: Os acionistas terão dividendos obrigatórios, correspondente de 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. A Assem-		

bleia Geral poderá deliberar a distribuição de um dividendo inferior ao dividendo obrigatório ou reter a totalidade do lucro líquido. **Reserva de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria. **Juros sobre capital próprio:** Nos exercícios de 2019 e 2018 não houve distribuição de Juros sobre Capital Próprio. Os juros sobre capital próprio são regulamentados pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/95. **7. Partes relacionadas:** Não houve transação com partes relacionadas, também não houve remuneração de pessoal chave durante o exercício. **8. Contingências:** Ao encerramento dos exercícios, a Companhia não se encontrava envolvida em ações judiciais ou administrativas. **9. Gerenciamento de riscos e de capital da investida:** A Companhia tem buscado o contínuo aprimoramento na gestão e no controle de riscos, alinhada com a prática global e com os requerimentos locais. A Alta Administração tem participação ativa no gerenciamento de riscos através de uma robusta estrutura de comitês e da aprovação de políticas específicas e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pela Companhia. Dessa forma, reforça o seu papel dentro da governança corporativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerentes de novos produtos e serviços. As atividades de controle de riscos são executadas por áreas específicas e independentes, sob a coordenação do Diretor de Riscos da Companhia, e segregadas das áreas de negócio e de Auditoria Interna. Todos os riscos são discutidos em comitês e fóruns de discussão específicos e a sua integração materializada através do Comitê de Controle de Riscos, no qual são abordados todos os tópicos relevantes dos comitês específicos.

Diretoria

Bruno Costa Barino - Diretor

Rafael Granja Furlanetto - Contador CRC 1R115472/O-2

Aos Administradores e Acionistas da UBS Brasil Participações S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da UBS Brasil Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UBS Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de janeiro de 2020.


 ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP034519/O-6

 Renato Nantes
 Contador
 CRC-1R115529/O-7